



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**

Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	11189/2023
Data de Início	30/05/2023
Folha	
Rubrica	

Processo administrativo n. 11189/2023

À Comissão Permanente de Licitação - CPL,

A **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**, vem, nos autos do processo acima referenciado, em razão da impugnação interposta pela empresa **EVOLUÇÃO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA – CNPJ n. 21.116.118/0001-50**, informar e requerer o que segue.

Trata-se de impugnação interposta pela empresa **EVOLUÇÃO COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA**, ora impugnante, em que aponta a existência de supostas irregularidades no edital de pregão presencial n. 009/2022-SRP, destinado à contratação de empresa para fornecimento **de sistema de ensino**.

Segundo a impugnante, as exigências de (a) assessoria presencial das escolas; (b) visitas técnicas; (c) cursos de capacitação; e (d) livro integrado regional Maricá indicariam direcionamento à marca e restringiriam o caráter competitivo do certame.

Após analisarmos os argumentos suscitados pela impugnante nos manifestamos pelo total indeferimento das razões recursais, pelos argumentos a seguir dispostos.

Preliminarmente, a contratação de um sistema de ensino implica na obtenção de um conjunto de ferramentas pedagógicas e educacionais com vistas à formação acadêmica dos alunos que compõem a rede pública de ensino de Maricá. Nesse sentido, questiona-se: como uma metodologia será aplicada nas unidades escolares e aos profissionais envolvidos sem que haja a devida capacitação dos professores e profissionais envolvidos na prestação dos educacionais?

A opção pela assessoria presencial, em detrimento à telepresencial ou à distância, se justifica pela necessidade de que os serviços serão personalizados, pensados para as necessidades de nossos profissionais e alunos. Não há qualquer restrição à competitividade visto que o referido serviço estará integrado ao sistema de ensino e, desse modo, será remunerado para tanto. **Logo, quanto a este argumento, nos manifestamos pelo indeferimento.**

Quanto às visitas técnicas junto às escolas, dispomos de uma rede de ensino composta por 65 (sessenta e cinco) unidades, sem considerarmos as unidades em construção, abrangendo as ações de

Secretaria de Educação
Rua Barcelar da Silva Bezerra, n. 105. Centro, Maricá-RJ
CEP 24.900-725



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	22217/2022
Data de Início	28/11/2022
Folha	
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ensino básico para faixas etárias de 0 (zero) a 15 (anos). De modo semelhante ao apontado anteriormente, as necessidades administrativas exigem a realização de visitas técnicas. O argumento de que os processos de obras dispensam a realização de visita técnica não se aplica à contratação impugnada, uma vez que não se exige visita técnica para a contratação dos serviços, sendo a visita a análise *in loco* da implementação pedagógica dos materiais e ferramentas adquiridos/fornecidos pela futura contratada. **Desse modo, o citado argumento não pode prosperar, sendo indeferido.**

No que se refere aos cursos de capacitação, a exigência não mostra desproporcional ou desarrazoada, pois é imprescindível que os serviços pedagógicos prestados estejam em consonância com a metodologia empregada na elaboração do material didático disponibilizado. O argumento de que a capacitação profissional de professores é dever de cada indivíduo ou mesmo da Administração Pública Municipal, **não se mostra compatível com o atendimento às necessidades desta municipalidade e, portanto, indeferimos o argumento proposto.**

Tocante à aquisição de livro integrado regional Maricá, a opção por obra que contemple a geografia e história municipais não se reveste de qualquer controvérsia. De acordo com o art. 26, da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), estabelece que os currículos da educação infantil devem ser complementados de forma diversificada pelas características regionais e locais, da cultura, da economia e dos educandos. Ou seja, a exigência de livro que contemple a história e geografia municipais observa a LDB, ampliando e diversificando as ferramentas de ensino no âmbito do município de Maricá, não havendo qualquer controvérsia ou mesmo restrição, **indeferindo-se, portanto, o argumento suscitado pela impugnante.**

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

(Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)

A impugnante sustenta direcionamento à marca, mas deixa de citar obras e/ou editoras que disponibilizem material similar, apenas supondo a existência de pessoa ou empresa de posse de informação privilegiada. Não houve a juntada de quaisquer provas de direcionamento, sejam catálogos, mostruário ou demonstração de restrição à competitividade, **caracterizando-se a argumentação da impugnante em mera suposição.**

Deveria a contratada fazer prova mínima de suas alegações, observando-se o disposto pelo art. 373, I combinado com o art. 15, ambos do Código de Processo Civil, aplicado supletiva e subsidiariamente à Lei n. 8.666/1993, uma vez que o ônus da prova compete ao autor, quando relativo a fato constitutivo de seu direito.



Prefeitura Municipal de Maricá	
Processo n.	22217/2022
Data de Início	28/11/2022
Folha	
Rubrica	

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Assim, tendo em vista a análise dos argumentos suscitados pela impugnante, nos manifestamos pelo total indeferimento da impugnação, bem como pelo prosseguimento do certame.

Maricá, 31 de maio de 2023.

Adriana Luiza da Costa
Secretária de Educação
Mat. n. 106.010